



ENTRE TUPÃ E O LEVIATÃ: O TRANSCONSTITUCIONALISMO E AS ORDENS LOCAIS INDÍGENAS

BETWEEN TUPÃ AND LEVIATÃ: TRANSCONSTITUTIONALISM AND
INDIGENOUS LOCAL ORDERS

JULIANNE HOLDER DA CÂMARA SILVA* | MARIA DOS REMÉDIOS FONTES SILVA**

RESUMO

A proliferação de conflitos envolvendo os interesses de ordens jurídicas diversas no contexto da sociedade globalizada requer uma abertura do constitucionalismo estatal para outras ordens jurídicas, a fim de que haja um intercâmbio e aprendizado entre os envolvidos a fim de solucionar conflitos de interesses comuns. Esse entrelaçamento entre as ordens jurídicas de níveis múltiplos, chamado por Marcelo Neves de “transconstitucionalismo”, seria uma nova fase do constitucionalismo moderno, uma etapa necessária, diante da ineficácia das ordens constitucionais internas de lidar com problemas envolvendo direitos humanos e fundamentais que ultrapassem a zona de interesse de suas fronteiras territoriais. Em uma sociedade complexa e heterogênea da atualidade, principalmente em um País de formação cultural e étnica bastante diversificada como o Brasil, conflitos sócio-culturais entre as diversas pretensões normativas dos distintos grupos que aqui convivem é algo inegável que precisa ser harmonizado, de modo a permitir o convívio das diferentes pretensões de inclusão jurídica desses grupos, sem que haja uma sobreposição de interesses politicamente dominantes. Dessa forma, o presente artigo propõe a prática do transconstitucionalismo tanto internamente (diálogo de aprendizado entre a ordem jurídica local e as ordens nativas) como externamente (diálogo de aprendizado entre as Cortes e experiências dos diversos países latinos que abrigam em seu território populações indígenas), como um mecanismo capaz de assegurar à Constituição brasileira a obtenção da legitimidade democrática necessária à realização de sua força normativa, cumprindo seu papel de norma suprema da sociedade civil e política.

Palavras-chave: Transconstitucionalismo; populações indígenas; força normativa da constituição; diálogo de aprendizado

ABSTRACT

The proliferation of conflicts involving the interests of diverse legal orders in the context of globalized society requires an openness of state constitutionalism to other legal orders in order to exchange and learn among those involved in order to solve common conflicts of interest. This interlocking of multiple-level legal orders, called by Marcelo Neves of "transconstitutionalism", would be a new phase of modern constitutionalism, a necessary step, given the inefficiency of internal constitutional orders to deal with problems involving human and fundamental rights that go beyond Area of interest of its territorial borders. In a complex and heterogeneous society today, especially in a country of cultural and ethnic formation quite diverse as Brazil, socio-cultural conflicts between the various normative pretensions of the different groups that live here is something undeniable that needs to be harmonized, in order to To permit the coexistence of the different claims of legal inclusion of these groups, without there being an overlapping of politically dominant interests. In this way, the present article proposes the practice of transconstitutionalism both internally (dialogue of learning between the local legal order and native orders) and externally (dialogue of learning between the Cortes and experiences of the various Latin countries that shelter in their territory native populations) , As a mechanism able to assure to the Brazilian Constitution the obtaining of the democratic legitimacy necessary to the accomplishment of its normative force, fulfilling its role of supreme norm of the civil and political society.

Keywords: Transconstitutionalism; Indigenous populations; Normative force of the constitution; Learning dialogue

* Doutoranda em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
Professora da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).
julianne.holder@ufersa.edu.br

** Doutora e Mestre em Direito pelo
Institute de Droits de L'homme da
Université Catholique de Lyon (IDHL).
Professora da UFRN.
remedios@reitoria.ufrn.br

Recebido em 29-3-2017 | Aprovado em 30-4-2017



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO; 1 TRANSCONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO; 1.1 O transconstitucionalismo como evolução necessária do estado constitucional: Cooperação entre ordens jurídicas e absorção da perspectiva dos viventes da norma ao processo de tomada de decisões; 2 O TRANSCONSTITUCIONALISMO À FAVOR DAS COMUNIDADES NATIVAS; 2.1 O transconstitucionalismo entre ordens nacionais e locais; 2.2 O diálogo de aprendizado com o diferente; 3 A (FRACA) FORÇA NORMATIVA DA (NADA TRANSVERSAL) CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA; 3.1 E os direitos dos povos indígenas sucumbem aos interesses políticos e econômicos dominantes...; CONCLUSÕES; REFERÊNCIAS

■ INTRODUÇÃO

Diante da aproximação cada vez mais intensa entre pessoas, lugares e culturas no contexto da globalização e sua incessante intensificação de relações e interconexões, possibilitadas pelo avanço tecnológico e na área das comunicações, problemas e questões transterritoriais se tornam evidentes e intransponíveis a partir da limitada esfera de atuação do constitucionalismo estatal.

Problemas envolvendo direitos humanos e direitos fundamentais que escapam à delimitação territorial dos estados nacionais, sendo ponto de interesse entre diversas ordens jurídicas (internacionais, supranacionais, transnacionais, estatais e até locais) indicam a necessidade premente de uma reformulação da antiga concepção do constitucionalismo, limitada a solução de conflitos jurídico/políticos no interior de um Estado nacional, fechado em si mesmo.

A proliferação de conflitos envolvendo o interesse de ordens jurídicas diversas no contexto da sociedade globalizada requer uma abertura do constitucionalismo estatal para outras ordens jurídicas, a fim de que haja um intercâmbio e aprendizado entre ambos os envolvidos, uma troca de experiências que auxilie na solução dos conflitos comuns.

Esse entrelaçamento entre as ordens jurídicas de níveis múltiplos, chamado por Marcelo Neves de “transconstitucionalismo”¹, seria uma nova fase do constitucionalismo moderno, uma etapa necessária, diante da ineficácia das ordens constitucionais internas de lidar com problemas envolvendo direitos humanos e fundamentais que ultrapassem a zona de interesse de suas fronteiras territoriais.

O entrelaçamento entre ordens jurídicas, o aprendizado recíproco e a troca de experiências, seria possibilitado, sobretudo, pela atuação das cortes e tribunais constitucionais através de “pontes de transição” criadas entre elas, um diálogo entre as cortes de níveis múltiplos. Um entrelaçamento entre tribunais pertencentes a ordens jurídicas de diferentes níveis.

Com efeito, a praxe constitucional corresponde a um dos elementos, identificados por Konrad Hesse², necessários à força normativa da constituição, sem a qual uma constituição

¹ NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

² HESSE, Konrad. *A força Normativa da Constituição*. Porto Alegre: Fabris Editor, 1991. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes.

não lograria obter o status de norma suprema da sociedade que regula, não cumprindo seu papel de formadora e mantenedora da unidade política do estado democrático.

Hesse preleciona que uma constituição, para efetivamente possuir força normativa, necessita realizar as seguintes exigências: Possuir um conteúdo que absorva as demandas da sociedade heterogênea e complexa que regula, estando apta a adaptar-se as alterações nesses elementos; possuir uma praxe constitucional de interpretação construtiva que mantenha a constituição estável, além da necessidade de realização da vontade constitucional por todos os partícipes da vida constitucional.

Pois bem, manter uma praxe constitucional consentânea com a sociedade complexa e heterogênea da atualidade implica em se deparar constantemente com questões envolvendo direitos humanos e fundamentais que fogem aos limites territoriais do estado nacional. Dessa forma, para uma constituição alcançar sua força normativa, cumprindo de forma ótima sua função dentro da sociedade, necessário se faz que a praxe constitucional, sobretudo da atuação dos tribunais e cortes, se abra para ordens jurídicas além do estado, permitindo o aprendizado e intercâmbio recíproco entre elas, nos termos do Transconstitucionalismo.

Essa necessidade de abertura se torna ainda mais evidente quando nos deparamos com os direitos humanos e fundamentais de povos indígenas, garantidos constitucionalmente por estados nacionais, respaldados em instrumentos de direito internacional e por cortes internacionais, mas que muitas vezes são negligenciados pelos estados respectivos, ou manejados em desacordo com o significado atribuído pela comunidade indígena, não lhes garantindo a dignidade.

Diante deste cenário, o presente ensaio se debruçará sobre o estudo das citadas obras de Marcelo Neves e Konrad Hesse, a fim de demonstrar que somente uma abertura na ordem constitucional brasileira, nos termos do transconstitucionalismo, voltadas ao entrelaçamento com ordens jurídicas de níveis múltiplos, seria capaz de garantir uma praxe constitucional capaz de solucionar da melhor forma possível as questões envolvendo direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas.

Somente com o intercâmbio de experiências, entre as ordens jurídicas dos diversos estados acolhedores de comunidades nativas e, principalmente a partir da perspectiva dos povos indígenas envolvidos, seriam capaz de solucionar tais demandas de modo a garantir dignidade aos indígenas, assegurando uma praxe constitucional verdadeiramente democrática, capaz de promover inclusão e participação política de minorias nacionais de projeção internacional, resguardando a força normativa da constituição brasileira, correspondendo às necessidades da sociedade heterogênea que regula.

1 TRANSCONSTITUCIONALISMO, DEMOCRACIA E FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Ao nos debruçarmos sobre a citada obra de Konrad Hesse, *A força normativa da Constituição*³, temos que a ordenação jurídica e a realidade devem ser compreendidas dentro de um contexto inseparável e diante de condicionantes recíprocas posto que a norma

³ HESSE, 1991. *Op. Cit.* Pág. 13-14.

constitucional não tem existência autônoma em face da realidade, mas sua essência reside na pretensão de eficácia, ou seja, na pretensão de ser concretizada na realidade.

A pretensão de eficácia da norma jurídica somente será realizada se levar em consideração os fatores naturais, técnicos, econômicos e sociais, além do sentimento inerente àquele povo num dado momento histórico. A força condicionante da realidade e a normatividade não podem ser separadas e nem confundidas. São autônomas, tendo a constituição jurídica significado próprio, embora esteja em uma relação de coordenação com a constituição real. Ambas condicionam-se reciprocamente. A constituição ganha força normativa na medida em que logra realizar essa pretensão de eficácia (concretização na realidade).

A força dessa constituição e a sua eficácia assentam-se na sua vinculação às forças espontâneas existentes na vida social e nas tendências dominantes de seu tempo. Por isso Hesse⁴ afirma que a constituição encontra-se em um constante processo de legitimação, dado que necessita acompanhar a evolução dinâmica da sociedade complexa, devendo ser aberta e plástica, de modo a adaptar-se às variações desses elementos.

Temos, então, que para a constituição alcançar a eficácia e a legitimidade pretendidas deve estar em sintonia com a realidade social, incorporando os valores econômicos, tecnológicos, sociais e políticos predominantes na sociedade, bem como o sentimento do povo no determinando momento histórico que regula. Daí porque as reivindicações dos movimentos sociais devem estar nela contempladas, de modo que a realidade da rua seja incorporada à norma, do contrário não teríamos uma constituição capaz de se consolidar como norma suprema da sociedade, já que não representaria grande parte de seus integrantes.

É importante destacar, ainda segundo Hesse⁵, que a constituição não pretende consenso de aceitação generalizada de seu conteúdo, mas o reconhecimento de sua validade, legitimidade e obrigatoriedade como norma suprema. Segundo o autor, dois seriam os pressupostos que permitiriam à constituição desenvolver de forma ótima a sua força normativa: O conteúdo da constituição e a praxe constitucional⁶.

Quanto ao primeiro pressuposto, o autor assevera que a constituição deve corresponder aos elementos de seu tempo (sociais, políticos, econômicos, culturais, sociais, etc.) inclusive espirituais, mostrando-se capaz de se adaptar às variações desses elementos na medida em que evita as constantes reformas constitucionais, que enfraqueceriam a sua força normativa. É o que Jürgen Habermas chama de materialização do direito, a incorporação de argumentação moral pela norma objetiva, obtendo, assim, legitimidade, a partir do acoplamento interno entre direito e moral⁷.

A sociedade hodierna é por demais complexa e heterogenia, apenas uma constituição que busque abraçar todos os aspectos e proponha meios de solucionar a totalidade dos conflitos existentes no seio dessa sociedade obteria consciência coletiva de sua inafastabilidade e legitimidade no seio social. Nada mais natural, portanto, concluir que as reivindicações políticas e culturais dos diversos movimentos sociais são inafastáveis do

⁴ Op. Cit. 1991. *Passim*.

⁵ *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução de Dr. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998. *Passim*.

⁶ Op. Cit. 1991. Pág. 20.

⁷ HABERMAS, Jürgen. *Direito e Moral*. Tradução de Sandra Lippert. Lisboa: Instituto Piaget. 1992. Pág. 15 e 20.

conteúdo constitucional, sob o risco de abalar decisivamente sua força normativa. Não só conter em seu conteúdo essas reivindicações, como também pretender a sua eficácia, o que se dará através do segundo pressuposto, a praxe constitucional.

A atividade hermenêutica apresenta um significado decisivo para a consolidação da força normativa da constituição, pois ela está submetida ao princípio da ótima concretização da norma. A interpretação adequada é aquela que consegue concretizar, de forma excelente, o sentido das proposições normativas dentro das condições reais existentes numa determinada situação. As mudanças observadas nas relações fáticas devem acarretar a mudança na interpretação constitucional (interpretação construtiva) sem significar reforma textual.

Maior responsabilidade é ainda atribuída ao hermeneuta em países cuja formação social é bastante heterogeneia, tais como os latino-americanos de vasta formação étnica e cultural, especialmente o Brasil com sua rica diversidade de comunidades tradicionais⁸. São índios, quilombolas, seringueiros, ribeirinhos, caiçaras, comunidades rurais, pescadores artesanais, populações urbanas, enfim, uma diversidade social que precisa ser administrada e equilibrada a fim de que uma vida em dignidade seja assegurada a todos e que a coesão nacional se mantenha firme e estável.

Neste sentido, Peter Häberle⁹ sustenta que precisa haver uma democratização da interpretação constitucional, pois quem vive a norma também a interpreta, sendo necessário integrar a realidade ao processo hermenêutico, o que somente seria possível com o alargamento do círculo de intérpretes da constituição, tanto maior quanto mais pluralista for a sociedade. Para Häberle a constituição é o espelho da realidade, daí porque não poder deixar de fora do processo hermenêutico os viventes desta realidade.

Das lições de Peter Häberle extraímos a necessidade de congregar o direito à realidade social. Não quer isso dizer que a interpretação oficial da jurisdição constitucional deva ser enfraquecida em vista da concorrência de uma infinidade de intérpretes constitucionais. O que extraímos das lições do autor é a necessidade de que a compreensão daqueles que vivem a norma seja incorporada nas decisões da Corte constitucional, que o real significado de uma vida em dignidade para povos etnicamente e culturalmente diferentes não seja eclipsado pela compreensão da sociedade envolvente, ou do próprio interprete, do que seria uma vida digna.

Do exposto, temos que uma constituição, a fim de que tenha força normativa e se converta em norma suprema da sociedade complexa e heterogênea que pretende regular, deverá encerrar em seu conteúdo as reivindicações e demandas dos diferentes grupos e

⁸ A medida provisória nº 2.186-16/2001 (que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado) estabelece a seguinte definição de comunidade tradicional: “Grupo humano, incluindo os remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas”. Melhor definição é trazida por Diegues e Arruda (*apud* SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005. Pág. 132): “Grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Tal noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos.”.

⁹ *Hermenêutica Constitucional – A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: A contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1997. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. *Passim*.

movimentos sociais que convivem nessa coletividade. Além do mais, os viventes dessa constituição não só a sociedade civil, mas também a sociedade politicamente organizada deverão exercer a vontade de constituição, isto é, deverão promover a realização ótima das normas constitucionais através de uma interpretação construtiva, que englobe a realidade no processo hermenêutico.

1.1 O transconstitucionalismo como evolução necessária do estado constitucional: Cooperação entre ordens jurídicas e absorção da perspectiva dos viventes da norma ao processo de tomada de decisões

Conforme estudamos no item anterior, somente acoplando realidade e norma em seu conteúdo e praxe, é que uma constituição lograria legitimidade e força normativa, transformando-se em norma suprema da coletividade. No entanto, diante da intensificação da aproximação entre pessoas, lugares e culturas no contexto da globalização e a consequente interdependência gerada entre os membros dessa comunidade global, nos deparamos com o surgimento de questões e problemas comuns às diversas ordens jurídicas que convivem nesse grande sistema mundial.

Principalmente quanto à questões envolvendo direitos humanos e fundamentais observa-se uma interdependência entre as diversas ordens jurídicas de níveis múltiplos (nacionais, internacionais, transnacionais, supranacionais), problemas comuns que, muitas vezes, precisam ser enfrentadas por várias dessas ordens, porque as interessa e as afeta da mesma forma. A globalização de ideias e informações e a aproximação entre os diferentes pontos do Planeta também aproxima problemas e questões a serem resolvidos por diversas ordens, o que requer o desenvolvimento de um método capaz de envolver a todas no processo de decisão.

O direito constitucional doméstico não alcança mais a solução de todos os problemas constitucionais que surgem na modernidade, ficou limitado dentro das fronteiras nacionais, enquanto que os problemas envolvendo direitos humanos e fundamentais ganharam projeção transterritorial, passando a envolver diversas ordens de níveis múltiplos, que precisam trabalhar juntas de modo a solucionar essas demandas de modo satisfatório e uniforme.

Um método adequando para lidar com essas questões transterritoriais envolvendo direitos humanos e fundamentais requer uma abertura entre as ordens de níveis múltiplos a fim de criar “pontes” entre elas, que permita o diálogo e o aprendizado recíproco quanto às experiências que as interessam conjuntamente. Pessoas, lugares e culturas não conseguem mais viver isoladas umas das outras, a globalização aproximou os diversos rincões do planeta, por óbvio, então, que também as ordens jurídicas não possam atingir um isolamento em si mesmas, precisam estar em constante contato com outras ordens jurídicas¹⁰.

¹⁰ É de se observar que diversas ordens jurídicas de diversos níveis passaram a existir justamente em razão desse processo de aproximação e interdependência global da atualidade, tais como as ordens supranacionais e transnacionais. Não existindo a possibilidade de sua atuação isolada. São ordens que necessariamente exigem um intercâmbio com outras ordens jurídicas.

Esse diálogo, através das “pontes de transição”, entre as ordens jurídicas, desenvolve-se principalmente a partir dos seus respectivos centros, os juízes, cortes e tribunais¹¹. Aí está a importante ligação existente entre a força normativa da constituição (através da praxe constitucional das cortes) e o transconstitucionalismo (o diálogo e aproximação entre as diferentes cortes existentes nas ordens jurídicas de níveis múltiplos).

Será através da atuação dos tribunais, a partir do diálogo e aprendizado com as cortes pertencentes às outras ordens jurídicas, que experiências de interesse comum serão partilhadas e absorvidas pelas ordens colaboradoras. A troca de experiências sempre implicará em um crescimento e amadurecimento da corte constitucional e da ordem receptora. Será dessa interconexão e diálogo que soluções satisfatórias serão desenvolvidas quando em questão direitos humanos e fundamentais.

Somente com uma praxe constitucional voltada para a realização dos fatores reais existentes na sociedade, é que propiciaria uma ótima concretização da norma constitucional, satisfazendo as demandas dos diversos atores sociais e grupos de interesses que convivem no território nacional.

Essa ótima concretização da constituição necessita de uma praxe constitucional de abertura, uma atuação capaz de reproduzir a melhor solução quando em pauta os direitos humanos e fundamentais dos diversos segmentos sociais que a constituição regula. A abertura e o diálogo com outras ordens jurídicas permite à praxe constitucional que ofereça o melhor de sua hermenêutica, pois que se utiliza de todos os meios existentes para se chegar à melhor decisão. E nada melhor que o compartilhamento de experiências, bem como a participação dos viventes da norma, para se construir a solução ideal, através do aprendizado recíproco entre aqueles que partilham interesses comuns.

Com efeito, Häberle, em sua sociedade aberta, defende que os critérios de interpretação constitucional não de ser tanto mais abertos quanto mais pluralistas for a sociedade. Devendo o destinatário da norma ser participante ativo no processo hermenêutico, pois que vive a norma acaba por interpretá-la. Dessa forma, o processo constitucional torna-se parte do direito de participação democrática, não sendo a interpretação constitucional um evento exclusivamente estatal.

Para o autor, o juiz constitucional já não interpreta isoladamente, no processo constitucional muitos são os participantes. As formas de participação ampliam-se acentuadamente. Em obra posterior, Häberle¹² vai tratar do estado constitucional cooperativo, propondo exatamente um entrelaçamento das relações internacionais de modo que o estado constitucional se veja aberto tanto internamente como externamente, em uma crescente cooperação (jurídica e política) com outros estados constitucionais que se amplia e se intensifica, propiciando o desenvolvimento de um “direito internacional cooperativo”¹³.

Também para o autor, essa fase de cooperação seria um estágio do estado constitucional a ser atingido gradativamente, e necessário frente às mudanças no direito internacional e seus desafios¹⁴, implicando, inclusive, no desenvolvimento de um direito

¹¹ NEVES, 2009, *Op. Cit.* Pág. 117.

¹² HÄBERLE, Peter. *Estado Constitucional cooperativo*. Tradução de MALISKA, Marcos Augusto; ANTONIUK, Elisete. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. Pág. 02-03.

¹³ HÄBERLE, 2007, *Op. Cit.* Pág. 07.

¹⁴ HÄBERLE, 2007, *Op. Cit.* Pág. 10.

comum, reconhecível entre os estados constitucionais¹⁵, identificando a realização dos direitos fundamentais como um dos objetivos dessa cooperação¹⁶. Com a formação da comunidade europeia vislumbrou a intensificação dessa cooperação internacional aduzindo que “a sociedade aberta dos interpretes constitucionais torna-se internacional”¹⁷.

Percebe-se que ambos os autores (Neves e Häberle) abordam a mesma questão: a necessidade de o estado constitucional evoluir para um estágio de abertura e entrelaçamento com outros estados constitucionais e ordens transterritoriais, a fim de estabelecer uma cooperação que auxilie na solução de questões comuns a todos, principalmente envolvendo direitos humanos e fundamentais.

Marcelo Neves destaca a preocupação em esclarecer que não existe uma hierarquia entre as ordens jurídicas de níveis múltiplos, um tribunal internacional, por exemplo, não impõe suas decisões aos tribunais nacionais¹⁸. O que existe, agora nos termos de Häberle, é uma cooperação entre os diversos sistemas jurídicos, de modo a promover uma abertura dialógica, através da troca de experiências, entre diversas ordens interessadas em uma determinada questão.

Esse diálogo se dará mais facilmente entre ordens que apresentem uma constituição transversal, ou seja, uma constituição que promova o acoplamento estrutural entre política e direito. Mas temos que observar, que o próprio autor do transconstitucionalismo traz a possibilidade de intercâmbio e aprendizado recíproco com ordens que não apresentam uma constituição transversal¹⁹, seja porque há uma predominância de um dos sistemas sobre o outro (política/direito) ou porque se trata de ordens arcaicas.

O que nos interessa aqui é a possibilidade de haver um diálogo entre o estado nacional e as ordens nativas locais, bem como entre a ordem nacional e a internacional ou entre ordens nacionais distintas, no tocante às questões de direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas, de modo que a sua dignidade seja preservada através de soluções construídas a partir da perspectiva das comunidades nativas e não através da imposição da cosmovisão do estado nacional.

2 O TRANSCONSTITUCIONALISMO À FAVOR DAS COMUNIDADES NATIVAS

2.1 O transconstitucionalismo entre ordens nacionais e locais

Marcelo Neves, em sua obra intitulada *Transconstitucionalismo*, enfrenta a delicada questão do diálogo entre as ordens jurídicas nacionais e as ordens extraestatais de coletividades nativas²⁰, que se encontram à margem do constitucionalismo, não possuindo uma estrutura de organização política/jurídica de estado e, a rigor, não apresentando problemas jurídicos constitucionais de direitos humanos e limitações do poder.

¹⁵ HÄBERLE, 2007, *Op. Cit.* Pág. 62-63.

¹⁶ HÄBERLE, 2007, *Op. Cit.* Pág. 65.

¹⁷ HÄBERLE, 2007, *Op. Cit.* Pág. 63.

¹⁸ NEVES, 2009. *Op. Cit.* Pág. 145.

¹⁹ NEVES, 2009, *Op. Cit.* Pág. 216.

²⁰ NEVES, 2009, *Op. Cit.* Pág. 216.

O autor defende que, diante de um confronto entre essas ordens normativas arcaicas e as instituições de ordem jurídico-constitucional de um estado, deve-se praticar um “transconstitucionalismo unilateral de tolerância” e aprendizado²¹, sendo necessário não excluir o desenvolvimento de institutos alternativos de diálogo construtivo com essas ordens culturalmente “diferentes”, argumentando que a simples outorga unilateral de direitos humanos seria contrário ao transconstitucionalismo e ao próprio conceito de direitos humanos²².

Importa-nos aqui as ordens normativas locais de comunidades indígenas, que se espalham pelos diversos países latino-americanos e constantemente se confrontam com as ordens jurídicas dos estados nacionais que lhes abrigam. De fato, se o estado nacional protege as manifestações culturais e identidade étnica desses grupos, o único caminho para se manter na constitucionalidade será praticando um transconstitucionalismo de tolerância para com as organizações normativas dos povos tradicionais.

Somente admitindo, respeitando e reconhecendo a legitimidade de seu direito costumeiro e hábitos culturais estaria o estado nacional se mantendo dentro da constitucionalidade uma vez que impor unilateralmente o direito “oficial” (estranho ao direito costumeiro da comunidade) significaria contrariar a norma constitucional de proteção e reconhecimento das tradições culturais.

Com efeito, no caso do Brasil, temos uma Constituição que reconhece a diversidade cultural do povo brasileiro, determinando como obrigação do poder público proteger as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras (art. 215, §1º). Mais adiante (art. 231), reconhece aos índios sua organização social, cultura, línguas, religião, cresças e tradições, rompendo definitivamente com o vetusto paradigma da aculturação e civilização dos autóctones que vigorou desde a colonização portuguesa²³.

A mudança no paradigma indigenista é clara, a Constituição Federal protege a diversidade cultural brasileira, nosso patrimônio cultural (art. 216), estabelecendo um sistema de proteção à posse da terra tradicionalmente indígena como instrumento para a manutenção de sua identidade cultural. A Constituição assegura ao índio o direito a ser índio e a continuar sendo índio, garantindo os meios necessários à reprodução de seu estilo de vida peculiar.

Não nos debruçaremos aqui acerca do reconhecimento do direito costumeiro dos povos indígenas que muitas vezes se chocam com institutos da ordem jurídica nacional. A reflexão que se segue no próximo capítulo se dará quanto à diversidade de perspectiva e compreensão sobre dignidade e conteúdo de direitos humanos e fundamentais, sobre formas diferentes de vida, que deveriam ser absorvidos pela ordem jurídica nacional a fim de que, em face de decisões judiciais e na estruturação de políticas públicas, a melhor solução seja adotada de modo a garantir a dignidade dos povos indígenas, dignidade sob sua perspectiva, e não sob a perspectiva do “dominante”.

O método do transconstitucionalismo, de promover um diálogo entre ordens normativas diversas, ainda que uma delas não apresente estrutura jurídica constitucional, pode solucionar esse empasse, ao permitir ao estado nacional que se aproxime de uma forma

²¹ NEVES, 2009, *Op. Cit.* Pág. 216.

²² NEVES, 2009, *Op. Cit.* Pág. 217.

²³ SILVA, Julianne Holder da Câmara. *A capacidade civil indígena*. Revista Direitos Fundamentais e Justiça. Vol. 8. nº 28. Porto Alegre, 2014 (A-2). Pág. 211.

de vida genuinamente diferente da sociedade envolvente, e que precisa ser melhor compreendida e interpretada, devendo ser considerada quando em pauta questões envolvendo os seus próprios interesses.

Somente com uma abertura ao diferente, seria possível que essa diferença “entrasse” na ordem jurídica estatal, influenciando suas ações e decisões de maneira que atenda as reivindicações e demandas dos povos indígenas segundo sua perspectiva, e não sob a perspectiva do “dominante”.

Ao abordar o significado dos direitos fundamentais, Konrad Hesse²⁴ afirma que os mesmos não possuem conteúdo uniforme, mas variável, dependendo de fatores extrajurídicos como a cultura e a história de um povo, podendo um mesmo direito apresentar significados diferentes em constituições diferentes. Indo mais além, Carlos Frederico Marés²⁵ leva em consideração que não existem direitos humanos universais, mas o direito universal de cada povo de construir o seu referencial de direitos humanos segundo suas tradições, usos e costumes.

De fato, se o catálogo de direitos fundamentais significa os valores que são relevantes para uma determinada sociedade em determinado momento de sua evolução, em outra época, num mesmo Estado, o rol de direitos apresentará significado diverso; da mesma forma que esse catálogo divergirá em seu significado do catálogo de outro Estado Nacional. Isto porque as necessidades sociais refletidas no elenco de direitos positivados na constituição são cambiantes, transformando-se de acordo com as necessidades da época.

Disso decorre que também a compreensão do que seja a dignidade humana varia no tempo e no espaço, apresentando um significado amplíssimo, aberto às diversidades culturais e as variações sociais. Aliás, o alcance de seu conteúdo varia não só endemicamente (de acordo com a evolução histórica e correspondendo a maior ou menor heterogeneidade da comunidade), como varia a partir de um referencial externo, de um Estado para outro.

A dignidade humana, como valor supremo a se irradiar por todo o Ordenamento Jurídico e a inspirar todo o rol de direitos com fins a garantir a todos um mínimo existencial em uma sociedade livre, justa e solidária, necessita apresentar um alto grau de adaptabilidade, de modo a abarcar as diferenças de contexto presentes na sociedade contemporânea. Sendo a constituição um instrumento de integração política, harmonizando e equilibrando a diversidade de atores sociais, e sendo a dignidade o valor maior desta Carta, deve esta (a dignidade) também funcionar como ferramenta de integração social, uma força de inclusão, alcançando todos aqueles segmentos sociais conviventes em um mesmo Estado Nacional.

Por esta razão é que o significado do que seja a dignidade humana não pode se dar uniformemente, segundo os padrões ocidentais de uma sociedade global capitalista. As diferenças culturais devem ser absorvidas na compreensão do que é uma vida digna. Do contrário estar-se-ia diante de um imperialismo disfarçado, o imperialismo da moral

²⁴ Significado de los derechos fundamentales. In: *Manual de derecho constitucional*. 2ª Ed. Madrid: Marcial, 2001, Pág. 84-85.

²⁵ *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Juruá, 2008. Pág. 83.

ocidental, sob padrões eurocêntricos e norte-americanos²⁶. Afinal, até o status de Estado Constitucional é uma expressão cultural e sua imposição forçada é uma forma de dominação.

A intenção de proteger determinados direitos humanos por parte dos estados nacionais e supranacionais não deve se esgotar na positivação desses direitos em instrumentos multilaterais de alcance internacional, as ordens jurídicas devem estar dispostas ao diálogo afim de que troquem experiências que auxiliem na solução de conflitos de interesse comuns, principalmente quando diante de questões de direitos humanos, que sempre acabam por fugir ao âmbito nacional local, para se projetar em outras ordens de níveis múltiplos.

Os direitos humanos assegurados em documentos internacionais, expressam a vontade dos países e organizações signatárias de proteger determinados valores que considerem relevantes, mas temos que ter em mente que ao se incorporarem ao ordenamento jurídico doméstico, esses direitos ganham formatação específica, uma releitura conforme o ordenamento jurídico receptor. Sendo, pois, impossível uma uniformidade de conteúdo e significado dos direitos fundamentais em âmbito global.

Se por um lado os direitos humanos, ao serem domesticados no ordenamento jurídico nacional, sofrem essa adaptação à realidade jurídica/política/cultural do país, por outro, essa realidade é composta por diferentes cosmovisões e compreensão do que seria dignidade, de qual seria o significado dos direitos fundamentais, devendo, estes, permitir a inclusão de todas essas diferentes pretensões de vida digna. Aí está a grande importância da capacidade de aprendizado do sistema jurídico. Quanto maior essa capacidade cognitiva mais inclusivo e, portanto, mais democrático, será o ordenamento jurídico.

Com efeito, Marcelo Neves (pág. 252-253) propõe a definição dos direitos humanos como “*expectativas normativas de inclusão jurídica de toda e qualquer pessoa na sociedade (mundial)...*” e de “*acesso universal ao direito enquanto subsistema social*”. De fato, a função primeira dos direitos humanos é garantir inclusão de qualquer ser humano, com essa inclusão teremos vida digna.

Para que haja inclusão não só direitos de defesa ou de mínimo existencial devem ser garantidos, toda uma compreensão de forma de vida e percepção cultural devem estar contidas na proteção. Isto porque, grupos de indivíduos que vivem um estilo de vida peculiar, diferente do estilo dominante, possuem a expectativa de proteção jurídica de sua forma singular de vida ou de cultura. Existe, então, uma expectativa de inclusão dos culturalmente “diferentes”, inclusão esta promovida pelo direito, e que pretende assegurar a igualdade de oportunidades de acesso aos direitos.

Pois bem, essa expectativa somente será satisfeita se houver uma absorção, pelo sistema jurídico que se pretende inclusivo, dos valores relevantes para os “culturalmente diferentes”. Sem essa incorporação da cosmovisão e percepção de dignidade dos diferentes grupos sociais pelo sistema jurídico (em decisões judiciais e políticas públicas), ele jamais cumprirá sua função democrática de inclusão que permita a convivência entre diferentes em uma sociedade complexa e heterogênea.

²⁶ PIOVERSAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. 11ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. Pág. 156.

É aí onde se encaixa a importância do transconstitucionalismo como método capaz de propiciar essa absorção de valores diversos pela ordem jurídica.

O transconstitucionalismo propõe uma abertura entre as ordens jurídicas de níveis múltiplos de forma que, através de “pontes de transição” entre as cortes e tribunais desses diversos sistemas jurídicos, seja possível um diálogo entre eles, de modo que troquem experiências acerca de questões de afetação comum, sobretudo envolvendo direitos humanos.

Conforme já mencionado, não se trata de hierarquia ou imposição de uma ordem forte sobre uma ordem fraca. O que se propõe é a abertura capaz de enxergar na experiência do outro uma inspiração para a solução dos próprios problemas, estes que, de uma forma geral, se mostram presentes em diversas ordens, dado que questões de direitos humanos dificilmente restam isolados nas fronteiras domésticas.

Voltando à temática dos povos indígenas, temos diversos países latino-americanos riquíssimos em experiências e vivências relacionadas à luta por reconhecimento e direitos dos povos indígenas. Cada um em contextos específicos, de uma forma ou de outra, acabou por reconhecer e assegurar direitos aos diversos povos e etnias que convivem em seus territórios nacionais. Uns de maneira mais contida, outros se declarando nações pluriétnicas e bilíngues. Cada um com seu histórico de lutas e formação da identidade desse movimento social.

O fato é que temos uma oportunidade ímpar de trocar experiências e informações, transmitindo nosso conhecimento e absorvendo o alheio, de forma que a causa indígena comece a ser tratada conjuntamente, em colaboração com os diversos estados nacionais que lidam com a questão.

Além disso, temos incontáveis instrumentos internacionais, comissões em funcionamento e estudos da comunidade internacional, voltados à estruturação de direitos humanos em prol da conservação e proteção da singularidade indígena e reconhecimento de direitos humanos específicos, como o direito de consulta, de autodeterminação, de proteção aos recursos naturais indispensáveis ao seu bem estar, posse sobre as terras tradicionais, dentre outros direitos reconhecidamente inafastáveis da materialização da dignidade humana dos povos indígenas.

Sendo, portanto, relevante um diálogo não só entre as ordens jurídicas nacionais daqueles estados que acolhem comunidades indígenas em seu território – que se veem às voltas com choques constantes entre os direitos desses povos e as instituições tradicionais do direito - mas também uma abertura para a própria comunidade internacional e seus instrumentos multilaterais de proteção dessas minorias étnicas.

Afinal, o conteúdo dos documentos multilaterais, firmados entre as nações e/ou organizações internacionais, refletem a preocupação comum dos atores internacionais com a questão, merecendo atenção. Além do que, tendo sido ratificado e incorporado ao ordenamento jurídico pátrio, o estado nacional necessariamente deverá observar o conteúdo desses instrumentos.

2.2 O diálogo de aprendizado com o diferente

O diálogo entre sistemas jurídicos nacionais, e entre estes e o direito internacional, como vimos, se faz necessário a fim de que experiências e vivências dos diversos estados que enfrentam a questão do reconhecimento de direitos e da inclusão jurídica dos povos indígenas sejam compartilhadas entre os diversos interessados de modo a auxiliar na solução de problemas comuns. No entanto, não somente uma abertura entre as cortes e tribunais de estados nacionais, ou para a comunidade internacional, se faz satisfatória para atender as demandas de inclusão e reconhecimento de direitos dos povos autoctones. Em uma sociedade pluralista e complexa da atualidade, precisamos ir além.

Mais do que um transconstitucionalismo de tolerância, deve-se praticar um transconstitucionalismo de aprendizado, ainda que uma das ordens não esteja estruturada em um estado de direito constitucional. Ainda que uma das ordens não apresente uma constituição transversal moderna. Pois o transconstitucionalismo implica no aprendizado, essa é a razão para o diálogo ente cortes e sistemas jurídicos. Um aprendizado para uma solução concreta. E se o sistema jurídico, para atuar em sua plenitude e ser verdadeiramente democrático, precisar beber da experiência de grupos não organizados política e juridicamente nos moldes do estado de direito constitucional, então será isso que ele irá fazer.

Para ser democrático, o sistema jurídico precisa, sobretudo, ser inclusivo. E ser inclusivo quando em pauta os interesses dos povos indígenas significa dar atenção às suas demandas específicas e reivindicações, nos termos reivindicados, e não nos termos genéricos e pré-fabricados por alguma teoria que pretenda a uniformização da concepção de direitos humanos.

Estar atento às necessidades e preocupações dos povos “culturalmente diferentes”, tendo o cuidado de não impor uma ideologia dominante, estando aberto ao diálogo para com o significado e compreensão de dignidade para esses povos, isso sim seria inclusão, estaria, então, o sistema jurídico satisfazendo a expectativa normativa de inclusão jurídica desses povos. Então as cortes, juízes e tribunais, bem como o governo ao tomar decisões envolvendo questões dos povos indígenas não deveriam aplicar a letra cega da lei olvidando o significado que essas comunidades dão à dignidade, mas estar atentos, através do diálogo e aprendizado, às necessidades reprodutoras de sua dignidade, a “dignidade indígena”.

3 A (FRACA) FORÇA NORMATIVA DA (NADA TRANSVERSAL) CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA

Conforme vimos alhures, uma constituição transversal realiza um acoplamento estrutural entre política e direito, ao mesmo tempo em que propicia a desdiferenciação entre esses dois sistemas de forma que um não prevaleça sobre o outro, em um frágil e perfeito equilíbrio. Assim, temos que, em uma constituição verdadeiramente transversal, os interesses dominantes no jogo político não irão prevalecer sobre os direitos dos povos indígenas, pois esse equilíbrio entre política e direito proporcionaria uma aplicação igualitária do direito, sem a influência de interesses politicamente dominantes.

No entanto, fazendo um recorte do histórico brasileiro de reivindicações dos povos indígenas, tanto na adoção de políticas públicas específicas quanto nas decisões dos tribunais,

os interesses econômicos e politicamente dominantes sempre pareceram prevalecer, revelando que a constituição brasileira não logra estabelecer esse acoplamento estrutural e ao mesmo tempo desdiferenciador entre política e direito, não ostentando o “equilíbrio tencionado” ideal para se intitular de transversal.

A extensa lista de empreendimentos econômicos, muitas vezes relacionados ao desenvolvimento de políticas públicas oficiais do Governo²⁷, se impõem sobre os interesses, reivindicações e até mesmo sobre direitos constitucionais dos povos indígenas, indicam o acerto dessa afirmação.

Hoje, o complexo hidrelétrico de Belo Monte (bem como as usinas de São Luiz do Tapajós, São Manoel e Teles Pires²⁸) se desenvolve com o respaldo do Supremo Tribunal Federal²⁹, em clara desconsideração dos direitos constitucionais consagrados aos indígenas bem como das normas internacionais ratificadas e incorporadas pelo Brasil. No passado, as hidrelétricas de Balbina e Tucuruí³⁰ causaram uma grande devastação nas terras indígenas impactadas, empreendimentos promovidos à total revelia das comunidades.

Ainda atividades de exploração e lavra de petróleo e gás³¹ também se desenvolvem no entorno das terras tradicionais, bem como a extração minerária³² e a expansão da fronteira agrícola³³.

No passado, a expansão da malha viária do País e projetos de integração nacional dividiram ao meio terras indígenas isoladas³⁴. A isso se somaram a retirada forçada de gentios

²⁷ Antenor Vaz informa que em 2012, dos 114 empreendimentos propostos pelo PAC (Programa de aceleração do Crescimento) com pedido de licenciamento ambiental em diferentes estágios, 42 afetam regiões com presença de índios isolados ou de recente contato. Se tratam, principalmente de projetos hidrelétricos, rodoviários e ferroviários. (*Op. Cit.*, 2013. Pág. 20)

²⁸ Essas três usinas hidrelétricas ainda em construção concentram-se na Região Norte do País: a usina São Luiz do Tapajós concentra-se no Rio Tapajós, no Estado do Pará; enquanto as usinas de São Manoel e Teles Pires se localizam na bacia do Rio Teles Pires, afluente do Rio Tapajós, na divisa entre os Estados Pará e Mato Grosso.

²⁹ SILVA. *Op. Cit.* 2014. Pág. 67.

³⁰ Ambas inauguradas na década de 80 se localizam respectivamente: a usina Tucuruí, no Rio Tocantins, Estado do Pará; Balbina, considerada o maior desastre ambiental brasileiro, no Rio Uatumã, Estado do Amazonas.

³¹ Muito embora a Agência Nacional do Petróleo, Gás-natural e Biocombustíveis (ANP) nunca tenha ofertado blocos inseridos em terras indígenas, na 10ª rodada licitatória os campos concedidos pela Autarquia especial delas se avizinharam de forma preocupante. Os blocos nominados PRC-T-121, PRC-T-122 e PRC-T-123, situados no alto do Xingu, Mato Grosso, arrematados pela Petrobrás, se encontram nos limites das terras indígenas de *Santana* e *Bakairí*. Não obstante os blocos se situem externamente aos territórios indígenas, tendo o órgão ambiental competente se manifestado pela viabilidade da concessão há de se considerar que as atividades produtivas da indústria causarão impactos diretos nas comunidades em virtude da excessiva proximidade entre os blocos e os territórios tradicionais. Para maiores informações, consultar o parecer exarado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), acerca dos blocos a serem licitados no Estado do Mato Grosso em virtude da 10ª rodada de licitação, disponibilizado pela ANP em: <http://www.brasilrounds.gov.br/arquivos/diretrizes_ambientais/Parecis/Parecer_MT.pdf>. Acesso em: 28 março. 2015. O referido documento trás vários mapas da região, donde salta aos olhos a proximidade dos blocos ofertados com as citadas terras indígenas.

³² RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia (Org). *Mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira*. Instituto Socioambiental: São Paulo, 2005.

³³ Por volta da década de 60 a expansão da fronteira agrícola no Estado avançou sobre o território dos *Guaraní-Kaiowá*, ao sul do estado do Mato Grosso, quando o órgão indigenista oficial passou a retirá-los a fim de levá-los à pequenas reservas superlotadas. A desagregação social conduziu os *Kaiowá* ao suicídio coletivo, onde mais de 200 indivíduos retiraram a própria vida. Maiores informações, vide: SOUZA FILHO. *Op. Cit.* 2008. Pág. 44.

³⁴ Foi o que aconteceu aos chamados “índios Gigantes”, ou *Panará*, ocupantes do norte do Estado do Mato Grosso que, na década de 70, em virtude do PIN (Plano de integração nacional) desenvolvido pelo Governo

de suas terras, causando demasiada devastação e sofrimento aos povos indígenas brasileiros, que paulatinamente passaram a se organizar com forte identidade coletiva de movimento social, com propósitos e objetivos específicos.

Das reivindicações históricas, muitas foram normativamente atendidas pela Constituição de 1988 que incluiu em seu rol de direitos alguns dos interesses mais reivindicados pelo movimento indígena do País (posse das terras tradicionais, usufruto exclusivo dos recursos naturais, cidadania indígena, educação bilíngue, processo de consulta, etc.). Revelando a satisfação do primeiro requisito (o conteúdo constitucional), indicado por Hesse, para a formação de sua força normativa.

Entretanto, quanto ao segundo requisito necessário à força normativa da constituição, a praxe constitucional, observamos no Brasil uma predominância dos interesses econômicos e políticos dominantes sobre os direitos dos povos autóctones, que acabam sucumbindo àqueles, revelando sua função meramente ilustrativa, uma formalidade presente textualmente na Constituição Brasileira, mas que não é posta em prática, mascarando a negação de direitos de cidadania à seres humanos que vivem às margens da dignidade.

3.1 E os direitos dos povos indígenas sucumbem aos interesses políticos e econômicos dominantes....

Desde a década de 70 debate-se a viabilidade da construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte³⁵, no Rio Xingu, Estado do Pará, a causa ganhou notoriedade internacional em 1989 quando lideranças indígenas se reuniram no I Encontro dos Povos indígenas do Xingu, em Altamira, no Pará, para protestar contra o empreendimento. Os indígenas temiam que se repetisse em Belo Monte o mesmo quadro social e ambiental desastroso evidenciado na construção das hidrelétricas de Tucuruí e Balbina, empreendimentos realizados à total revelia das comunidades índias afetadas.

Em 2008, no mesmo local, fora realizado o II Encontro dos Povos indígenas do Xingu, com os mesmos propósitos. Nesse meio tempo, lideranças indígenas denunciaram no cenário

Militar, virem seu território dividido ao meio com a construção da BR-163, Cuaibá-Santarém, somado à epidemias de gripe e sarampo. A população dos *Panará* fora dizimada. Os indivíduos restantes foram levados de suas terras ao Parque Indígena do Xingu, habitado pelos seus históricos inimigos, os *Kaiapó*. Após muita luta e sofrimento, em 1995, os *Panará* conseguiram retornar às suas terras, tendo parte delas sido reconhecida e demarcada. Fora isso, a União foi condenada ao ressarcimento de danos morais e materiais aos “índios gigantes” em decisão histórica proferida pelo Juiz da 7ª Vara da Justiça Federal de Brasília/DF, Novelty Vilanova dos Reis, e posteriormente confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Maiores detalhes: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003. Pág. 89.

³⁵ Belo Monte consiste na primeira de cinco usinas do complexo hidrelétrico a ser realizado na Bacia do Rio Xingu, integrando o Projeto governamental de Aceleração do Crescimento – PAC. Inicialmente denominada hidrelétrica de *Kararaô*, um grito de guerra na língua *Kaiapó*, só pelo nome já correspondia a uma agressão às comunidade índias afetadas. Os conflitos envolvendo a usina se arrastam por duas décadas, os índios e populações locais já se pronunciaram por diversas vezes contrários ao empreendimento, mas o Governo Federal desconsidera sua posição e insiste em tentar justificar a obra com o argumento da estratégica posição da região para o desenvolvimento da matriz energética brasileira.

internacional o descaso com que o Estado brasileiro vem tratando a questão indígena no País, fazendo letra morta dos dispositivos constitucionais destinados à proteção da reprodução física e cultural das minorias nacionais.

A mídia alardeia diuturnamente notícias quanto a problemática de Belo Monte, revelando que copiosamente os interesses sociais e ambientais de minorias nacionais, teoricamente protegidas, em um Estado teoricamente democrático, sucumbem à força esmagadora dos interesses econômicos, tudo avalizado pelo Estado brasileiro, pela Suprema Corte do País e pelo Órgão indigenista que, oficialmente, deveria zelar pelos interesses dos índios, mas age de encontro às suas reivindicações e clamores.

Todos os conflitos a cerca da hidrelétrica de Belo Monte gravita em torno da não observância de direitos constitucionalmente assegurados aos indígenas, principalmente quanto ao direito de consulta às comunidades impactadas, um direito que visa promover a dignidade dos povos indígenas e a concretização do princípio democrático.

A exploração dos recursos minerais, potenciais hidrelétricos e energéticos em terras indígenas depende de uma atuação normativa por parte do legislador para que possa ocorrer constitucionalmente. Isso porque o art. 176, §1º, exigiu uma legislação específica a regular tais empreendimentos, como condição para que ocorram em território índio.

Saliente-se que essa regulação ainda não fora providenciada pelo legislador, existindo apenas projetos de leis³⁶ dedicados à mineração em terras indígenas que tramitam há décadas no Congresso Nacional sem obter a devida aprovação, o que acaba por inviabilizar a realização dessa empreitada. Quanto ao aproveitamento energético e hidrelétrico em terras indígenas, o Poder Legislativo ainda se mantém inerte. Entretanto, o complexo hidrelétrico de Belo Monte avança em sua conclusão, afrontando todos os direitos constitucionais deferidos às comunidades indígenas e com o total respaldo de nossa Corte Suprema e do Órgão indigenista.

Dentre as exigências constitucionais que deveriam estar contempladas nessa legislação específica³⁷, a fim de que se possa explorar minério, potenciais hidrelétricos e energéticos em terras indígenas, está a consulta às comunidades impactadas. Então temos um direito fundamental dos indígenas (direito a ser consultado), de obter uma prestação material do Poder Público (realizar a consulta antes de qualquer empreendimento adentrar suas terras), que está na dependência de uma prestação jurídica do Poder Legislativo (lei

³⁶ A proposta que tramita hoje na Câmara dos Deputados (PL 1.610/96) e que se destina a tratar especificamente da questão mineraria em terras índias, foi iniciada pelo Senador Romero Jucá, tendo sido aprovada na respectiva Casa Legislativa, seguiu à Câmara dos Deputados onde tramita há mais de 10 anos. Em 2007, foi substituída por uma proposta do Governo, quando, então, fora instituída uma comissão especial para analisar o assunto, tendo sido, simplesmente, abandonada a discussão acerca do Estatuto das Sociedades Indígenas (PL 2.057), que também intentava regular a questão da mineração. Passado alguns meses, já em 2008, a comissão apresentou uma contraproposta substitutiva, encabeçada pelo seu então relator, o Deputado Eduardo Valverde. Atualmente, agora sob a relatoria do Deputado Edio Lopes, a Câmara se articula no intento de promover uma consulta aos povos indígenas acerca do próprio PL da mineração.

³⁷ Os requisitos postos pela Constituição, além da legislação específica e da consulta às comunidades envolvidas, temos a participação dos índios no resultado da lavra, autorização do Congresso Nacional e exploração operada por empresa brasileira ou constituída sob as leis brasileiras, com cede e administração no País. Consultar os artigos 231, §3º, e art. 176, §1º. Mais detalhes vide: SILVA, Julianne Holder da Câmara. Empreendimentos energéticos em terras indígenas: Uma análise constitucional à luz do multiculturalismo. In: *ARGUMENTUM - Revista de Direito* n. 15 - 2014 – UNIMAR. Marília/SP Pág. 65. A-1.

específica)³⁸, regulando o procedimento de consulta de modo a fazer surgir um direito subjetivo das comunidades de serem consultadas.

Poderíamos até supor estar inviabilizado tal direito consultivo em face da omissão do nosso Parlamento em regular a questão, no entanto, quanto ao processo de consulta, o Ordenamento brasileiro apresenta sim a regulação específica: A Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), – Convenção sobre povos indígenas e tribais em países independentes, firmada em Genebra, 1989, que dentre outras coisas disciplina o direito de consulta às comunidades indígenas ante a possibilidade de qualquer fato que possa lhes afetar diretamente, desde medidas legislativas até a presença de empreendimentos econômicos em suas terras³⁹.

Tendo sido devidamente ratificada (Decreto Legislativo 143/2002) e incorporada ao nosso ordenamento jurídico (Decreto 5.051 de 2004) com status de Lei ordinária, a Convenção 169 da OIT deve ser chamada a incidir sempre que empreendimentos econômicos possam afetar comunidades indígenas, devendo ser realizado o processo consultivo previamente e em cumprimento de todos os termos postos pela referida norma.

É de se salientar que a exploração de recursos minerários, potenciais hidrelétricos e energéticos em terras indígenas ainda carece de regulação específica para que possam se realizar constitucionalmente. Mas quanto à consulta, essa ausência normativa não terá o condão de afastar a realização do procedimento, dado que já existe a regulação da matéria.

Com efeito, nenhum daqueles empreendimentos supracitados poderiam estar ocorrendo em terras indígenas ante a ausência da legislação específica, entretanto, o Estado brasileiro sistematicamente vem desconsiderando essa exigência constitucional. Títulos minerários são concedidos em terras indígenas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)⁴⁰, o complexo hidrelétrico de Belo Monte avança olvidando os direitos constitucionais dos indígenas, descumprindo os compromissos socioambientais assumidos quando do início das obras. Também as hidrelétricas de Tapajós, Teles Pires e São Manoel se desenvolvem sem observar o direito de consulta às comunidades íncolas impactadas. No passado as hidrelétricas de Tucuruí e Balbina foram concluídas em total prejuízo das comunidades índias do entorno⁴¹.

O Estado Brasileiro, ao adotar tais comportamentos – além de enfraquecer a força normativa de nossa Constituição⁴², negligenciando direitos fundamentais que ele deveria promover, faltando com o seu papel democrático de Estado provedor, fazendo letra morta de

³⁸ SILVA, Julianne Holder da Câmara. *O direito de consulta aos povos indígenas à luz da teoria geral dos direitos fundamentais*. Revista Direito Público – IDP. Porto Alegre, 2016. Vol. 13, nº 70, Pág. 22.

³⁹ Artigo 15: (...) 2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes na terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

⁴⁰ SILVA, Julianne Holder da Câmara. Exploração de petróleo em terras indígenas: À procura de um marco legal. In: *Revista Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.5, n.9, jul./dez. 2010. Pág. 167-168.

⁴¹ Instituto Socioambiental. *A dívida de Belo Monte*. Disponível em: < http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/placar_geral_integrado_belo_monte.pdf >. Acesso em 17 maio 2015.

⁴² HESSE, 1991, *Op. Cit.* Pág. 21.

dispositivos constitucionais – ainda descumpre os compromissos internacionais que assumiu perante outras Nações soberanas, sofrendo, inclusive, retaliações nesse sentido^{43 4445}.

Saliente-se, por fim, que também a Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas⁴⁶ assevera a necessidade de realizar um processo consultivo às comunidades indígenas antes da realização de qualquer empreendimento econômico em suas terras ou a adoção de medidas legislativas. O instrumento ainda ressalta o direito à autodeterminação dos povos indígenas e sua liberdade e independência na tomada de decisões acerca de seus modos de viver e se desenvolver.

Esse foi o raciocínio que norteou a Conferência das Nações Unidas para o Meio-Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, e que deu origem à Agenda 21 da ONU⁴⁷ cujo item 26.3, prevê a necessidade dos Governos e Organizações intergovernamentais reconhecerem que as terras das comunidades indígenas devem ser protegidas contra atividades ambientalmente insalubres ou consideradas inadequadas social e culturalmente pela comunidade indígena, consagrando o direito dos grupos tribais em se autodeterminar, escolhendo suas prioridades, em perfeita sintonia com o estabelecido no artigo 7, item 1, da Convenção 169/OIT48.

⁴³ Em setembro de 2010, a ONU emitiu um relatório chamando à atenção do Brasil pelo desrespeito aos direitos humanos dos povos indígenas e, sobretudo, pela inobservância do direito de consulta dos povos afetados pelo Complexo hidrelétrico de Belo Monte, no Rio Xingu, Estado do Pará. Maiores informações, vide: SILVA, *Op. Cit.* 2014. A-1. Pág. 67.

⁴⁴ Em abril de 2011, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos estados americanos (OEA), outorgou a medida cautelar nº 382/10 em favor das comunidades indígenas brasileiras afetadas pelo empreendimento de Belo Monte, determinando que o Governo brasileiro suspendesse imediatamente o processo de licenciamento ambiental do complexo hidrelétrico em virtude de seu potencial prejuízo às comunidades que habitam o entorno da bacia do Rio Xingu. Medida essa obviamente ignorada pelo Governo brasileiro. Maiores informações, vide: VAZ, Antenor. *Povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil – Políticas, Direitos e Problemáticas*. Brasília: 2013. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2013/09/Povos_Indigenas_Isolados_e_de_Recente_Contato_no_Brasil.pdf>. Acesso, em: 17 março 2016.

⁴⁵ Da mesma maneira O Brasil fora denunciado perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos por descumprimento de direitos fundamentais dos povos *Yanomamis*, em Roraima, tanto pela ausência de políticas públicas e desrespeito à vida, liberdade e integridade desses índios, quando da abertura da BR 210, nos idos do regime Militar, como pela chacina de Haximu, promovida por garimpeiros contra os índios Yanomamis, ao total descaso do Governo brasileiro. A denúncia ocasionou um verdadeiro ‘puxão de orelha’ pela Comissão Interamericana ao Estado brasileiro e uma série de recomendações que ainda quedam sem cumprimento. Vide: PIOVERSAN. *Op. Cit.* 2010. Pág. 322-323.

⁴⁶ Aprovada pela ONU em 13/09/2007, em Nova York, durante sessão do Fórum Permanente da ONU para assuntos indígenas, o documento é fruto dos trabalhos de uma comissão específica sobre as populações indígenas, criada pela ONU em 1982. O texto reflete as reivindicações atuais dos povos indígenas do mundo, principalmente quanto ao seu relacionamento com os Estados nacionais, bem estar e autodeterminação.

⁴⁷ Em 1992, representantes de 170 países reuniram-se no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como “Rio 92”, cuja finalidade era discutir a crise ambiental e a sobrevivência da humanidade no Planeta. Dessa conferência resultou a Agenda 21, documento internacional de compromissos ambientais e recomendações para um novo modelo de desenvolvimento (o desenvolvimento sustentável), enfatizando a importância da educação ambiental como estratégia de sobrevivência da humanidade.

⁴⁸ *In verbis*: artigo 7º, 1 - Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas, próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão

Os Artigos 3º e 4º da Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas além de reconhecer a autodeterminação, salientando sua liberdade na busca do desenvolvimento econômico, social e cultural, ainda esclarecem que o direito à autodeterminação está relacionado ao direito dos povos indígenas ao autogoverno e à autonomia no que diz respeito a seus assuntos internos e locais. Não se confundindo com a autodeterminação dos Estados Soberanos.

Dessa forma, a consulta surge como uma medida a garantir que as decisões que possam afetar os povos indígenas não sejam mais tomadas à sua revelia, como historicamente ocorreu, não só no Brasil, mas em todos os Países americanos, que negligenciaram seus indígenas por séculos. Daí a nota da fundamentalidade que constitui o direito de consulta: Incluir os indígenas nas decisões que lhes afetem, permitindo-lhes participação política e voz na tomada de decisões, cumprindo o princípio democrático, único caminho para lhes assegurar uma vida em dignidade.

Por outro lado, percebemos que um duplo problema de entrelaçamento entre ordens normativas diversas surge em relação ao direito de consulta dos povos indígenas. De um lado temos os direitos humanos assegurados internacionalmente (Convenção 169 da OIT, Declaração da ONU sobre os povos indígenas e Eco-92) e descumpridos pelo ordenamento jurídico doméstico de um dos países signatários. Por outro, os direitos fundamentais assegurados pela constituição do estado nacional às comunidades autóctones e a compreensão dessas comunidades locais sobre o significado de uma vida em dignidade.

A falta de observância, pelo Estado brasileiro, do direito de consulta às comunidades aborígenes afetadas por empreendimentos econômicos em suas terras indica um grave problema de falta de participação política por parte das comunidades nativas, indicando uma falha incontornável e comprometedora da força normativa de nossa Constituição, revelando, ainda, a fraqueza de sua democracia. Agindo dessa maneira a ordem nacional brasileira ainda se fecha às ordens jurídicas que enfrentam as mesmas questões (estados nacionais, ONU, OIT) negando o diálogo e o aprendizado entre ordens de níveis múltiplo, negando o transconstitucionalismo.

Se faz necessário que o diálogo de aprendizado seja praticado pelo sistema jurídico brasileiro quando em face dos interesses de comunidades nativas, que devem ser trazidos ao processo de tomada das decisões que lhes afetem. Do contrário não teremos verdadeiramente uma democracia nem pluralismo jurídico, mas apenas uma imposição da ordem do “culturalmente dominante” sobre o mais fraco, em nada compatível com a sistemática de reconhecimento de direitos humanos e fundamentais.

Deve haver um entrelaçamento entre as ordens estatais latinas e as locais indígenas, de modo que as estatais absorvam as pretensões normativas de inclusão das locais, sob sua perspectiva diferenciada, e solucione as controvérsias relativas a direitos humanos e fundamentais com base naquela compreensão. Nesse aspecto, a abertura para outras ordens estatais de países latinos poderia ser de grande utilidade pela experiência partilhada.

Neste particular, o Tribunal Constitucional colombiano se manifestou por diversas vezes pela inconstitucionalidade do Decreto que versa sobre o procedimento de consulta que,

participar da formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente. (...)

contudo, não realizou previamente uma consulta sobre o seu próprio conteúdo⁴⁹. A Colômbia é o País que possui a mais vasta jurisprudência relacionada a efetivação da cláusula geral de consulta prevista no Convenção 169/OIT, principalmente quanto a necessidade de sua observância na ceara legislativa⁵⁰. Dentre as maiores conquistas das comunidades tradicionais obtidas junto a Corte Constitucional do País estão a interpretação da Convenção 169 como parte do bloco de constitucionalidade, segundo uma lógica da materialidade constitucional, e o reconhecimento de que o direito de consulta consubstancia um direito fundamental das comunidades indígenas e tribais⁵¹.

Já no Equador, as comunidades indígenas consideram tão lesiva a legislação interna, também promulgada sem observar o devido processo de consulta, que se negam, inclusive a participar de processo consultivo por ela regulado, estando, atualmente, questionando a sua legitimidade junto a Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)⁵².

Na Bolívia, além da legitimidade da representação exige-se, ainda, a ratificação do acordo firmado pela respectiva comunidade, de forma a assegurar que o conteúdo da decisão tomada corresponde realmente aos interesses do grupo⁵³. Outro fato interessante referente à Bolívia foi a adoção, em 2007, da Declaração da ONU sobre os povos indígenas, documento não vinculante, como lei, em sua integralidade.

Quanto à mineração e à lavra de petróleo e gás (ainda não reguladas pelo Brasil apesar da necessidade urgente), diversos foram os países latinos que se lançaram na empreitada, sendo extenso o histórico de desastres e confrontos entre indígenas e petroleiras/mineradoras o que conduziu tais estados nacionais à construção de interessantes sistemas de exploração eco-sustentáveis quando essas atividades sejam desenvolvidas em terras indígenas e outras áreas de vulnerabilidade socioambiental.

Da mesma forma, o bilinguismo e o pluralismo cultural se desenvolveram de forma mais acentuada em alguns países latinos do que em outros, indicando uma melhor proteção aos interesses das comunidades nativas naqueles, visto que tal direito ganhara reconhecimento acompanhado de um processo de debates e reflexões voltados à firmação cultural, autonomia e autodeterminação desses povos.

Todos esses são apenas pequenos exemplos de como a causa indígena se encontra presente nas discursões e reflexões de diversos países latino-americanos, não correspondendo a um problema originariamente brasileiro. A questão indígena liga-se inexoravelmente aos direitos humanos e fundamentais, não estando, pois, confinada aos limites territoriais dos estados nacionais. Se fechar à ordem doméstica significa abordar a questão de maneira medíocre e insuficiente, não possibilitando o desenvolvimento e a

⁴⁹ SILVA. *Op. Cit.*, 2014. A-1. Pág. 54.

⁵⁰ INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Consulta prévia sobre medidas legislativas na Colômbia. In: *Consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da OIT*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=node/20>. Acesso em: 27 jun. 2015.

⁵¹ SILVA. *Op. Cit.* 2016. Pág. 29.

⁵² A Comissão Interamericana de Direitos Humanos tem por objetivo promover a observância e a proteção dos direitos humanos na América, alcançando todos os Estados signatários da Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969 (Pacto São José da Costa Rica) e Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), tendo legitimidade para encaminhar reclamações contra os casos de violação aos direitos humanos qualquer indivíduo ou grupo de indivíduos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos possui, ainda, legitimidade para submeter causas ao julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

⁵³ SILVA. *Op. Cit.*, 2016. Pág. 30.

afirmação de uma democracia verdadeira e pluralista o que, por sua vez, compromete a força normativa da constituição nacional.

Uma abertura entre os sistemas jurídicos de níveis múltiplos e, sobretudo, uma abertura de aprendizado para com a percepção dos povos indígenas e sua compreensão de vida digna, se faz necessária, além de ser a melhor estratégia para solucionar a questão, a fim de que os diversos estados que dividem essa causa construam, com base no aprendizado e troca de experiências, soluções verdadeiramente consentâneas com os interesses dessa minoria étnica.

■ CONCLUSÕES

Em uma sociedade complexa e heterogênea da atualidade, principalmente em um País de formação cultural e étnica bastante diversificada como o Brasil, conflitos sócio-culturais entre as diversas pretensões normativas dos distintos grupos que aqui convivem é algo inegável que precisa ser harmonizado, de modo a permitir o convívio das diferentes pretensões de inclusão jurídica desses grupos diferenciados, sem haver uma sobreposição de interesses politicamente dominantes sobre outros.

Então, o conflito se torna algo inerente à sociedade complexa. O conflito se torna estrutural dentro do estado constitucional. E a constituição que pretende regular essa sociedade, para lograr força normativa, necessita articular em seu conteúdo todas essas pretensões de inclusão jurídica, a partir de arranjos que busquem solucionar todos esses conflitos estruturais.

Para cumprir esse papel, a constituição precisa incorporar as diversas cosmovisões e percepções de dignidade e significado de direitos fundamentais que se chocam na sociedade complexa o que, necessariamente, implica uma abertura para “culturas diferenciadas” da “cultura dominante”, em um diálogo de aprendizado entre a ordem jurídica nacional e a ordem normativa local indígena.

Esse diálogo necessariamente deve se refletir na praxe constitucional, não só em decisões dos tribunais, mas na tomada de decisões e estruturação de políticas destinadas aos povos indígenas. Somente assim a constituição obterá a legitimidade democrática necessária à realização de sua força normativa, cumprindo seu papel de norma suprema da sociedade civil e política, acoplando e desdiferenciando harmoniosamente política e direito, tornando-se, enfim, uma constituição transversal.

A partir de então, será possível à ordem local brasileira praticar o transconstitucionalismo. Partindo de um diálogo entre os tribunais, juízes e cortes pertencentes às ordens jurídicas de níveis múltiplos, principalmente ordens nacionais de outros países latinos. Trocando, então, experiências e realizando um intercâmbio recíproco em torno de questões e interesses comuns acerca dos direitos humanos e fundamentais dos povos indígenas, afirmando sua legitimidade democrática e força normativa.

REFERÊNCIAS

BÔAS, Hariessa Cristina Villas. *Mineração em terras indígenas: A procura de um marco legal!*. Rio de Janeiro: Editores Roberto C. Villas Boas e Arsênio Gonzáles Martinez, 2005.

BRASIL. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS-NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Parecer exarado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), acerca dos blocos a serem licitados no Estado do Mato Grosso em virtude da 10ª rodada de licitação. Disponível em: <http://www.brasilrounds.gov.br/arquivos/diretrizes_ambientais/Parecis/Parecer_MT.pdf>. Acesso em: 28 março. 2015.

DUSSEL, Enrique. 1492: *O encobrimento do outro: A origem do mito da modernidade*. Conferências de Frankfurt. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

EVANGELISTA, Carlos Augusto Valle Evangelista. *Direitos indígenas: o debate na Constituinte de 1988*. Dissertação de mestrado apresentada como requisito para a obtenção do grau de mestre em história social. Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro: UFRJ/IFICS, 2004.

HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional – A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: A contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1997.

_____. *Estado Constitucional cooperativo*. Tradução de MALISKA, Marcos Augusto; ANTONIUK, Elisete. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e Moral*. Tradução de Sandra Lippert. Lisboa: Instituto Piaget. 1992.

HESSE, Konrad. *A força Normativa da Constituição*. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes Porto Alegre: Fabris Editor, 1991.

_____. *Elementos de Direito Constitucional da República Federal da Alemanha*. Tradução de Dr. Luís Afonso Heck. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Editor, 1998.

_____. Significado de los derechos fundamentales. In: *Manual de derecho constitucional*. 2ª Ed. Madrid: Marcial, 2001.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL . *A dívida de Belo Monte*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/placar_geral_integrado_belo_monte.pdf>. Acesso em 17 maio 2015.

_____. Consulta prévia sobre medidas legislativas na Colômbia. In: *Consulta livre, prévia e informada na Convenção 169 da OIT*. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/?q=node/20>. Acesso em: 27 jun. 2015.

_____. *Almanaque socioambiental: Parque indígena do Xingu – 50 anos*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LEYEN Bianca de Castro. *Eco-eficiência na exploração e produção de petróleo e gás em regiões de florestas tropicais úmidas: o caso da Petrobrás na Amazônia*. 2008, 202 f.

Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. p. 57. Disponível em: <http://www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/bianca_castro.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2016.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. *Hermenêutica Constitucional e Direitos Fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

NEVES, Marcelo. *Transconstitucionalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

PIOVERSAN, Flávia. *Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional*. São Paulo: Saraiva, 2010.

RICARDO, Fany; ROLLA, Alicia (Org). *Mineração em Terras Indígenas na Amazônia brasileira*. Instituto Socioambiental: São Paulo, 2005.

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: Proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Editora Peirópolis, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SEGATO, Rita Laura. *Que cada povo teça os fios da sua história: O pluralismo jurídico em diálogo didático com os legisladores*. In: Revista de Direito da Universidade de Brasília. Brasília, 2014. Pág. 65-92.

SILVA, Julianne Holder da Câmara. Exploração de petróleo em terras indígenas: À procura de um marco legal. In: *Revista Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v.5, n.9, jul./dez. 2010. Pág. 157-178.

_____. Empreendimentos energéticos em terras indígenas: Uma análise constitucional à luz do multiculturalismo. In: *ARGUMENTUM - Revista de Direito* n. 15. UNIMAR. Marília/SP Pág. 47-72. São Paulo: 2014. A-1

_____. A capacidade civil indígena. *Revista Direitos Fundamentais e Justiça*. Vol. 8. nº 28. Jul/Set. Pág. 209-228. Porto Alegre: 2014. A-2.

_____. *O direito de consulta aos povos indígenas à luz da teoria geral dos direitos fundamentais*. Revista Direito Público – IDP. Porto Alegre, 2016. Vol. 13, nº 70. Pág. 09-33

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. *O renascer dos povos indígenas para o direito*. Curitiba: Juruá, 2008.

VAZ, Antenor. *Povos indígenas isolados e de recente contato no Brasil – Políticas, Direitos e Problemáticas*. Brasília: 2013. Disponível em: <http://wrm.org.uy/pt/files/2013/09/Povos_Indigenas_Isolados_e_de_Recente_Contato_no_Brasil.pdf>. Acesso, em: 30 agosto 2016.

WARANT, Luiz Alberto. *Direito como liberdade: O Direito achado na rua – Experiências populares emancipatórias de criação do Direito*. Tese de Doutorado apresentada à banca examinadora como requisito para a obtenção do grau de Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UNB. Orientador: SOUSA JÚNIOR, José Geraldo. UNB - Brasília, 2008. 338 páginas.